

Patrícia de Sousa Medeiros

**As Organizações Não-Governamentais e seu impacto na
Governança Global Ambiental**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão
do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Brasília – DF

Dezembro de 2003

Patrícia de Sousa Medeiros

**As Organizações Não-Governamentais e seu impacto na
Governança Global Ambiental**

Banca Examinadora:

Prof. Marden de Melo Barboza
(Orientador)

Prof. Marco Antônio de Meneses
Silva
(Membro)

Prof. Cláudio Tadeu Cardoso
Fernandes
(Membro)

Brasília – DF

12 de Dezembro de 2003.

Para os amigos:

Gustavo, Rodolfo e Liana cujo apoio foi fundamental para que este trabalho fosse concluído.

Fernanda, sempre presente em todos os momentos.

Kamila, Lorena e Stefânia que passaram comigo os altos e baixos e dividiram alegrias e tristezas nessa jornada que é a faculdade.

E em especial para a amiga Sátia por todo o encorajamento, força, e amizade demonstrados ao longo do curso e no dia-a-dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter estado ao meu lado durante esse momento, aos meus pais por tudo o que fizeram por mim até hoje, e em especial ao meu orientador Prof. Marden de Melo Barboza pelo profissionalismo, disposição, e boa vontade com que me guiou. Agradeço também pelo incentivo e pelas repreensões nos momentos apropriados. Certamente sem as suas orientações este trabalho não teria sido concluído.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT	07
1. INTRODUÇÃO	08
1.1. Hipóteses	09
1.2. Objetivo da Pesquisa	09
1.3. Objetivos Específicos	09
2. NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL – UM MUNDO GLOBALIZADO	10
2.1. Teoria de Relações Internacionais e Escola Pluralista.....	15
2.2. O Modelo da Interdependência Complexa	18
2.3. Atores Não-Estatais no Cenário Internacional.....	19
3. A EMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – ONG's ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DO “TERCEIRO SETOR”	21
3.1. Origens, Conceitos e Características Gerais das ONG's	24
3.2. A Consolidação da atuação das ONG's no Cenário Internacional	27
3.3. Articulação em Redes	30
4. GOVERNANÇA GLOBAL.....	34
4.1. Governança Global para o Desenvolvimento Sustentável	37
4.2. Governança Global e Sociedade Civil	40
4.3. ONG's e Nações Unidas na Governança Global.....	41
4.4. Papel das ONG's na Rio 92 e no Fórum Global.....	43
5. CONCLUSÃO.....	47
6. BIBLIOGRAFIA	48

RESUMO

O propósito deste trabalho é fazer uma análise das Organizações Não-Governamentais e sua atuação no processo de governança global. Para tal fim, apresentamos inicialmente o contexto atual no qual elas se inserem: um mundo globalizado e interdependente. Após um estudo dessas organizações neste contexto, tratamos da questão da governança global ambiental e de como elas, ONG's, têm atuado nesse sentido. A fim de compreendermos melhor essa questão, concluímos o trabalho apresentando a relação das ONG's com as Nações Unidas.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyse Non Governmental Organizations – NGO's and its performance on Global Governance. For this end, we initially show the present framework in which NGO's are: a global and interdependent world. Then, we discuss global environmental governance and how NGO's affect this process. In order to understand this issue, we finish the work presenting the relationship between NGO's and The United Nations.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, adotamos a perspectiva de que a arena internacional atual assume uma característica essencialmente pluralista, onde uma variedade de atores internacionais além dos Estados atua em regime de interação. Além dos Estados, também participam da arena internacional outros sujeitos como: empresas multinacionais transnacionais, Organizações Internacionais, e as Organizações da Sociedade Civil, entre outros. O principal propósito do presente trabalho é dar destaque a um desses outros sujeitos internacionais: as Organizações Não-Governamentais, as quais representam o sub-setor mais ativo das Organizações da Sociedade Civil.

O trabalho está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo deste trabalho, salientamos que esse contexto atual é consequência da globalização em suas diversas dimensões e do crescente desenvolvimento da interdependência entre os vários sujeitos internacionais. A fim de compreendermos esse cenário, começamos o capítulo apresentando a globalização e suas várias facetas e em seguida, utilizamos o Modelo da Interdependência Complexa da Escola Pluralista das Relações Internacionais uma vez que tal modelo nos fornece bases para o entendimento desse cenário proposto no trabalho.

Após uma análise deste Modelo, chegamos ao segundo capítulo onde estudamos, então, as Organizações Não-Governamentais. Este capítulo é inteiramente dedicado a essas organizações. Começamos com uma análise do chamado “Terceiro Setor” no qual elas se inserem, e em seguida apresentamos as suas origens, prováveis conceitos – já que a literatura nos oferece diferentes interpretações, e as características gerais das ONG’s. Dentre as principais características das ONG’s destacamos a articulação em redes. Concluímos esse capítulo lembrando que à medida que a participação das ONG’s foi crescendo, algumas questões surgiram e colocaram em questão a legitimidade e a representatividade dessas organizações.

O último capítulo se dedica à discussão da questão da governança global nesse cenário de crescente interdependência. Essa questão merece ser revista, sobretudo, por não representar mais um processo intergovernamental e sim um processo do qual fazem parte vários outros atores não-estatais. Uma vez que as ONG's são o objeto de estudo deste trabalho, estudamos a interação dessas organizações no processo de governança global para o desenvolvimento sustentável com as Nações Unidas. Salientamos nesse trabalho a crescente participação das ONG's nos principais fóruns internacionais no âmbito das Nações Unidas, o que evidencia a atuação dessas organizações no processo de governança. O trabalho chega ao seu fim com uma análise da participação das ONG's durante a 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 no Fórum Global, evento que ocorreu simultaneamente à Rio 92 e que contou com a presença maciça das ONG's.

1.1– HIPÓTESE

As Organizações Não-Governamentais são atores relevantes no cenário internacional e têm participado do processo de governança global.

1.2– OBJETIVO DA PESQUISA

Demonstrar a relevância das ONG's para o cenário internacional atual e para a construção da governança global ambiental.

1.3– OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a atuação das ONG's no contexto atual de globalização e de crescente interdependência,
- Verificar como se dá a participação dessas organizações na governança global ambiental por meio de sua interação com as Nações Unidas.

2. NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL – UM MUNDO GLOBALIZADO

Podemos dizer que o mundo em que vivemos apresenta-se através de mudanças de grande importância. Graças, em especial, ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e dos meios de comunicação, vivemos num mundo ao qual muitos estudiosos convencionaram chamar de “aldeia global” ou “mundo globalizado”.

O fenômeno da globalização é um processo liderado pelo Ocidente, nem sempre de conseqüências benignas, e está a reestruturar a forma como os indivíduos vivem, bem como as relações entre os Estados e demais atores na arena internacional. Tem como característica principal, o fato de ter reduzido algumas das distâncias de maneira a alcançar os pontos mais distantes do planeta numa escala sem igual.

Dada a complexidade do assunto, não nos surpreende que existam opiniões tão distintas a respeito do tema. Por isso, no que diz respeito ao conceito de globalização, não há homogeneidade entre os estudiosos. Alguns defendem a posição da globalização ser um movimento essencialmente de caráter econômico, enquanto outros sugerem que a globalização é um fenômeno mais amplo e de várias facetas.

Vejamos então o que alguns estudiosos nos dizem sobre o tema. Começamos com os que defendem que o processo é de caráter econômico, e, em seguida lembramos o ponto de vista dos que acreditam que esse fenômeno é multidimensional, o qual será adotado nesse trabalho.

Dollan (1993:54) sugere que a globalização refere-se ao processo de gradual eliminação de barreiras econômicas e concomitante aumento nas trocas internacionais na interação transnacional.

Molina e Trinca (1993:72), nos dizem que a globalização é a integração ativa do comércio internacional e da produção mundial, que têm sido considerada como processo que define a década de noventa do século passado.

A respeito do assunto, Giddens (2000:22) observa que há dois grupos de estudiosos com opiniões bem distintas quanto ao tema. O autor os chama de

“céticos” e “radicais”. Para Giddens, os céticos são aqueles que acham que na verdade, o processo de globalização em si não existe, isso porque o mundo está assim há séculos, enquanto que para os radicais, a globalização é um fato bem concreto, cujos efeitos se fazem sentir por toda parte. O que ambos têm em comum é a percepção de que o fenômeno da globalização é de natureza econômica.

O autor nos diz, no entanto, que tal percepção é equivocada, isso porque o processo da globalização para o autor é na verdade multidimensional e não apenas econômico como vários estudiosos defendem. Segundo Giddens (2000):

“...A globalização afeta a todos em qualquer parte do globo, bem como determina eventos que ocorrem em escala planetária, além de ser um fenômeno de natureza política, tecnológica, cultural, além de econômica...”
(Giddens, 2000:23)

Além disso, Giddens (1991) propõe que:

“...a globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes, de tal maneira que acontecimentos em diversos locais, são modelados por eventos, ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa...” (Giddens, 1991:68)

Por fim, trabalhamos com o ponto de vista de Keohane e Nye (2000:3-7) a respeito do assunto. Assim como Giddens, os autores acreditam que o fenômeno é, de fato, multidimensional. Ou seja, um fenômeno com várias facetas distintas: cultural, ambiental, econômica, etc. Contudo, o termo utilizado por esses autores é “globalismo” ao invés de globalização. A globalização para os autores é então, o processo relacionado ao aumento ou ampliação desse “globalismo”, onde globalismo é um fenômeno de raízes antigas composto por redes de conexão à distância com fluxos de bens, informações, idéias, forças e pessoas. De acordo com Keohane e Nye (2000):

“Globalização é o processo pelo qual o globalismo se torna cada vez mais intenso”. (Keohane e Nye, 2000:11)

Os autores ainda salientam que para uma rede de conexões ser considerada “global” é necessário que ela inclua distâncias multicontinentais e não apenas regionais.

Uma vez que os autores defendem a idéia de que a globalização é um processo multidimensional, chegamos então às suas dimensões.

Para Keohane e Nye, dentre as várias dimensões do globalismo destacam-se principalmente quatro delas: militar, ambiental, econômico, e sócio-cultural.

O globalismo militar refere-se a redes de interdependência nas quais a força ou a ameaça desta são empregadas. Um bom exemplo disso foi a corrida armamentista entre EUA e URSS no contexto de guerra fria. Aqui entendemos que apesar de serem apenas dois Estados “em conflito”, o fenômeno da corrida armamentista se encaixa num globalismo de caráter militar, porque tal fenômeno produziu alianças estratégicas em todo o globo, além de ter colocado não apenas os dois Estados, (EUA e URSS) mas o resto do mundo em risco.

Outra faceta apontada pelos autores é o que eles chamam de globalismo ambiental o qual tornou-se mais forte a partir de 1945. O globalismo ambiental refere-se à transferência de “materiais” na atmosfera e nos oceanos, ou ao transporte de substâncias, as quais afetam a saúde humana ou a integridade dos diferentes ecossistemas. Um exemplo lembrado pelos autores foi a transmissão da AIDS em meados da década de setenta, da África Central, de onde surgiram os primeiros casos, ao resto do mundo. Os autores ainda salientam que embora o processo de globalismo ambiental ocorra, por vezes, de forma natural, em muitos casos, ele ocorre por responsabilidade humana. Um bom exemplo disso é o aquecimento global, o qual se deve, em parte, pelo desenvolvimento industrial dos países.

O chamado globalismo econômico, o qual se desenvolveu após o fim de Segunda Guerra Mundial, é considerado pelos autores como a faceta de maior impacto. Ele envolve fluxos de bens, serviços e capital, bem como as informações

e percepções que acompanham as trocas do mercado. Além disso, também diz respeito à organização dos processos relacionados a esses fluxos.

O globalismo econômico reestruturou a economia mundial e trouxe consigo algumas conseqüências: preeminência das agências financeiras multilaterais, desregulação das economias nacionais, economia comandada pelo Sistema Financeiro Internacional e investimentos em escala global (Sousa, 2002:29).

Finalmente, os autores nos apresentam o globalismo sócio-cultural, o qual envolve movimento de idéias, informações imagens e pessoas – as quais, é claro, trazem idéias e informações com elas. Dentre os exemplos desse globalismo se encontram os movimentos religiosos ou a difusão do conhecimento científico. Um importante aspecto desse globalismo envolve a “imitação” das práticas e instituições de uma sociedade, o que alguns sociólogos chamam de *isomorfismo*. Além disso, num nível mais profundo essa faceta do globalismo afeta a consciência dos indivíduos bem como a sua identidade pessoal.

Para os autores, o processo de globalismo ocorre em outras dimensões menos importantes como na política, no meio jurídico, na moda, ou na comunidade científica, por exemplo.

Viola (1995:15) também compartilha do ponto de vista de Keohane & Nye a respeito da globalização ser um processo multidimensional, e também destaca as várias facetas já mencionadas. Além dessas facetas este autor também apresenta outras: comunicacional-cultural, religiosa, interpessoal-afetiva, populacional-migratória, e criminal-policial.

Uma outra questão interessante é se a globalização é uma espécie de “americanização”. Essa percepção está relacionada à influência exercida pelos Estados Unidos nas outras nações em diversos aspectos, uma vez que os valores, e os principais símbolos da globalização são característicos dos norte-americanos como: o capitalismo econômico, o cinema hollywoodiano, o marketing, a internet, etc.

Vejamos então a opinião de Giddens e Keohane e Nye sobre a questão.

A esse respeito Giddens (2000) nos diz que o fato é que os Estados Unidos são a única superpotência com domínio em diversas esferas: econômica, (poder

de Wall Street em influenciar os outros mercados financeiros internacionais), cultural (Indústria cinematográfica de Hollywood), militar (Pentágono), entre outros. E por isso, muitas das expressões mais visíveis da globalização são americanas: Disney, Levi's Strauss, Coca-Cola, Mc Donald's, CNN, etc. De qualquer forma, o autor nos diz que:

“ ... embora a influência americana seja forte, a globalização é um fenômeno cada vez mais descentralizado, que não está sob o controle de nenhum grupo de nações e ainda menos sob o domínio das grandes companhias. Os seus efeitos, fazem-se sentir tanto no Ocidente como em qualquer outra parte do globo...” (Giddens, 2000: 26)

Keohane e Nye (2000:15), compartilham do ponto de vista de Giddens ao propor que a globalização não é uma americanização de fato. Para eles, a globalização é um fenômeno de caráter recíproco, e não de um sentido apenas. Eles ainda sugerem que o que ocorre na verdade, é que os EUA exercem uma influência nos demais países (a qual os autores chamaram de *soft-power*¹) em virtude de serem a única superpotência global no momento, com um domínio notável nas principais dimensões do globalismo.

Um outro aspecto da globalização que merece destaque é o “efeito sistêmico” que faz com que as diferentes facetas se afetem provocando impacto de uma sobre as outras (Keohane e Nye 2000: 17). Um exemplo disso foram as conseqüências econômicas (queda das bolsas nos mercados internacionais, falências de companhias de turismo internacional) provocadas pelos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Aqui podemos observar os efeitos de uma questão militar numa questão econômica.

Outro exemplo que podemos observar nesse sentido refere-se ao desenvolvimento econômico e seu impacto no meio-ambiente. O comércio internacional tem provocado um efeito devastador no meio-ambiente na questão da exploração inadequada dos recursos naturais e na medida em que provoca o

¹ O chamado “*soft-power*” de acordo com os autores é a habilidade que os norte-americanos tem de levar os outros a fazerem o que eles, americanos, fazem.

aumento da poluição nos países industrializados. Já nesse caso vemos uma questão econômica afetando a questão ambiental.

À medida que em que foi se desenvolvendo, a globalização trouxe consigo mudanças para o cenário internacional uma vez que permitiu o estreitamento dos laços de cooperação entre os diversos sujeitos internacionais.

Graças a essa nova perspectiva de integração provocada pela globalização, os Estados e demais atores na arena internacional passaram a atuar num novo contexto de crescente interdependência. Mas, o que é essa interdependência?

A fim de compreendermos melhor essa questão que envolve os Estados e demais atores internacionais, escolhemos trabalhar com o Modelo da Interdependência Complexa da Escola Pluralista² das Relações Internacionais, uma vez que este modelo nos fornece bases para o entendimento do cenário internacional proposto por este trabalho.

2.1 – TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESCOLA PLURALISTA

Para termos uma melhor compreensão desse Modelo da Interdependência Complexa, devemos rever as bases da Escola Pluralista das Relações internacionais da qual o modelo faz parte.

Antes, contudo, vale ressaltar que a Escola Pluralista divide espaço e atenção com diversas outras escolas, no campo da Teoria de Relações Internacionais entre os estudiosos.

Essa diversidade de escolas e temas distintos nos debates internacionais se dá, de acordo com Viotti e Kauppi (1993:5), devido ao fato de haver variados e complexos temas debatidos, razão pela qual encontramos múltiplos pontos de vista sobre os vários aspectos das relações internacionais.

² Alguns estudiosos chamam os pluralistas de “liberais”. A expressão foi extraída de Viotti e Kauppi (1993).

Ao longo do desenvolvimento da disciplina das relações internacionais muitos debates entre as diferentes escolas e suas diferentes perspectivas surgiram. Sodupe (1992:166) destaca entre os principais debates:

- Idealismo x Realismo nas décadas de 20 e 30;
- Tradicionalistas e Behavioristas nas décadas de 50 a 70, e
- Por fim o debate pragmático que vai década de 70 até os dias de hoje.

Dentre essas várias escolas de teoria de relações internacionais, Viotti e Kauppi sugerem que três delas são mais relevantes: a Realista, a Pluralista, e por fim a Globalista. Analisemos então, as diferenças entre as três escolas: Globalista Realista e Pluralista dando uma ênfase no debate Realista x Pluralista segundo Viotti e Kaupi (1993:5-10).

A respeito da Escola Globalista podemos dizer que essa escola enxerga que a economia capitalista ordena o relacionamento dos atores no sistema internacional e considera, portanto, que os fatores econômicos são determinantes uma vez que toda a teoria é fundamentada a partir da análise do modo de produção capitalista. Por isso, a agenda internacional do ponto de vista dos globalistas prioriza os fatores econômicos. Têm suas bases filosóficas baseadas, em especial, nas idéias de Marx, Lênin e Rosa-Luxemburgo.

A Escola Realista, por sua vez, era vista até o final da década de sessenta, como a principal Escola das Relações Internacionais, pois era capaz de explicar com relativo sucesso o cenário internacional de até então.

Esta escola enxerga o sistema internacional a partir de pressupostos clássicos, nos quais o ator relevante para o cenário internacional é o Estado-nação. Para os realistas, o Estado é um ator racional e unitário, bem como o mais importante dos atores no cenário internacional. Outro aspecto importante da visão realista está relacionado à definição dos principais temas da agenda internacional. Para esta escola, os principais temas são as questões de segurança nacional. Na agenda internacional do ponto de vista dos realistas, os temas militares e políticos são por isso considerados *high-politics*, ou assuntos de maior importância. Os demais temas tais como economia, direitos-humanos, ou proteção ambiental, por

exemplo, são considerados menos importantes, uma vez que estes consideram tais temas, como de baixa relevância ou de *low-politics*.

Contudo, ao longo das décadas, a agenda das relações internacionais se expandiu e se diversificou ao ponto que temas sociais e econômicos apresentaram-se na linha de frente dos debates internacionais. À medida que esses temas passaram a ganhar importância, uma nova forma de enxergar as relações internacionais foi demandada.

Foi nesse contexto, em meados da década de setenta (do século passado) que a Escola Pluralista começou a ganhar espaço no estudo das relações internacionais. Analisemos então esta escola.

A escola pluralista enxerga o sistema internacional como um palco de crescente desenvolvimento da interdependência entre os Estados e demais atores.

Os pluralistas partem do pressuposto que o Estado não pode ser considerado um ator racional e único no contexto internacional. Os atores não-estatais não podem ser ignorados, pois são igualmente importantes no cenário internacional, já que tomam atitudes em conjunto com os Estados.

As Organizações Internacionais, os burocratas e outros grupos associados das organizações têm considerável influência em áreas como formação de agendas.

Da mesma forma, os outros atores não-governamentais como as corporações multinacionais não podem ser desprezadas tendo em vista o fato da economia mundial estar cada vez mais interdependente e globalizado.

Além disso, as Organizações da Sociedade Civil, em especial as ONG's (que serão estudadas posteriormente) têm tido uma participação ativa em diversas questões de interesse da sociedade civil.

Percebemos, que com essa multiplicidade de atores interagindo, a interdependência ganha lugar de destaque para os pluralistas. Por essa razão, os já mencionados autores, Viotti e Kauppi (1993) concluem que:

“...a imagem pluralista possui maior complexidade que a imagem simplista da escola realista, a qual apresenta os Estados como atores unitários interagindo entre si”. (Viotti e Kauppi, 1993:8)

No que diz respeito à agenda internacional do ponto de vista dos pluralistas podemos dizer que ao contrário da agenda proposta pelos realistas, ela é extensiva, razão pela qual os pluralistas rejeitam a idéia de que a agenda das relações internacionais seja dominada apenas por temas militares e de segurança. A agenda para eles deve abordar desde as questões de segurança nacional, como os demais temas considerados menos importantes pelos realistas. Por vezes, dependendo do contexto histórico, tais temas (bem-estar, meio-ambiente, ou direitos humanos) são mais importantes que as questões de segurança.

2.2 – O MODELO DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

No que se refere à questão da interdependência, podemos dizer que na verdade ela é discutida tanto pelos pluralistas quanto pelos realistas⁴. Entretanto, os pluralistas a consideram central por capturar a essência da política mundial (Viotti e Kauppi, 1993:10).

O conceito do termo surgiu no livro “Poder e Interdependência” de Keohane e Nye (1977).

Segundo Keohane e Nye (1977):

“...Interdependência pode ser definida como dependência mútua num contexto de desequilíbrio...” (Keohane e Nye, 1977: 309)

O Modelo da Interdependência Complexa defendido por Keohane & Nye possui três características importantes que se contrapõem às proposições realistas. Segundo Keohane & Nye (1977: 311) a sociedade internacional é

⁴ Segundo Viotti e Kauppi (1993) os realistas enxergam a interdependência como a vulnerabilidade que um país tem em relação a outro.

conectada por múltiplos canais onde os atores não estatais participam diretamente da política global; a hierarquia de temas não existe, e portanto não há distinção entre *high-politics* e *low-politics*. Essa falta de hierarquia significa que a segurança militar não domina a agenda como propõe a escola realista, e a força militar não é usada contra outros governos dentro de uma região ou em temas onde a interdependência prevalece, sendo então, por vezes, um instrumento político inútil. Por causa da depreciação da força militar, os Estados militarmente fortes vão encontrar uma dificuldade em controlar os resultados das questões em que eles são fracos.

É relevante mencionar que os autores citados não limitam o termo interdependência a uma situação de mútuo benefício, isso porque os relacionamentos interdependentes sempre envolvem custos, uma vez que a interdependência restringe a autonomia.

Outro aspecto abordado pelos autores é que a interdependência não se aplica em situações de equilíbrio. São as assimetrias na dependência que irão influenciar os atores na sua interação.

2.3 – ATORES NÃO-ESTATAIS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Embora o Estado ainda detenha um papel significativo, percebemos que no contexto internacional atual, as relações internacionais se apresentam com esses diversos sujeitos (OI's, ONG's, empresas multinacionais transnacionais entre outros) atuando em regime de interação graças a esse cenário de crescente interdependência.

A esse respeito, Held (2001) nos diz que:

“...o contexto atual apresenta o crescimento das organizações e coletividades internacionais e transnacionais desde a ONU e seus órgãos e agências especializadas, até os grupos de pressão internacionais e movimentos nacionais. O Estado transformou-se numa arena fragmentada de formulação de decisões políticas, permeada por redes transnacionais (governamentais e não-governamentais) e por órgãos e forças internas...” (Held, 2001:23)

Além do Estado, podemos destacar dentre os demais atores na arena internacional, atores privados e não-estatais tais como: as Organizações Internacionais, as corporações multinacionais, os grupos terroristas, a sociedade civil, e as Organizações Não-Governamentais, um sub-setor das organizações da sociedade civil que merecerão especial atenção no desenvolvimento deste trabalho.

As ONG's são organizações sem fins lucrativos e que assumem um papel complementar na atuação do Estado, já que representam os interesses dos membros da sociedade civil. Além do que, são organizações heterogêneas. Elas atuam de diversas formas e em diversas áreas, fazendo cobranças e fiscalizações, promovendo conscientização da opinião pública por meio de denúncias e alertas, e influenciando, por vezes, inclusive, a formulação e implementação de políticas públicas.

No capítulo seguinte, faremos uma análise de suas origens no chamado Terceiro Setor, prováveis conceitos, as razões e os fatos que levaram à consolidação da ação dessas organizações e as suas características gerais dando especial atenção à articulação em redes dessas organizações. Ainda neste capítulo buscamos discutir algumas questões pertinentes que surgiram à medida que essas organizações se desenvolveram e ganharam notoriedade. São elas: a legitimidade, representatividade, e a transparência nas ações das organizações não-governamentais.

3. A EMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DO “TERCEIRO SETOR”

Como vimos no capítulo anterior, graças à globalização e ao processo de crescente interdependência, o cenário internacional atual apresenta-se com a interação entre diversos sujeitos internacionais: atores estatais e não-estatais.

É nosso objetivo neste trabalho, dar destaque a um desses sujeitos: as Organizações Não-Governamentais – ONG’s.

É pertinente começarmos o nosso estudo dessas organizações, dando enfoque no chamado “Terceiro Setor”, no qual elas (ONG’s) se inserem.

A expressão “Terceiro Setor” é pouco explorada no Brasil (Vieira, 1998: 156). O termo originou-se nos Estados Unidos e foi popularizado por cientistas sociais como Alan Wolfe e Lester Salomon em referência à terceira sustentação de um tripé na sociedade civil formada pelo governo (primeiro setor), economia (segundo setor) e o setor social (terceiro setor) (Garrison:2000,72).

Além de ser utilizado no vocabulário norte-americano como “Third Sector”, outras expressões também são adotadas: “organizações sem fins Lucrativos” (Non-Profit-Organizations) – referindo-se a um tipo de instituição cujos lucros não podem ser distribuídos aos seus associados – e “organizações voluntárias” cuja finalidade é complementar a primeira. Na Inglaterra a expressão utilizada para determinar as atividades do Terceiro Setor é *Charities* ou caridade (Vieira, 1998:156).

O Terceiro Setor é um setor independente dos outros dois o *privado* (que opera segundo as regras do mercado, composto de organizações da indústria, comércio e do segmento de serviços, que visam lucro ou acumulação de capital); o e *público* (representado pelas organizações da administração pública do Estado) na medida em que se refere à participação da sociedade civil (Inoue, 1995:48, Ferreira, 1999:63). É também heterogêneo, uma vez que abrange diversos tipos de instituições que congregam vários grupos de indivíduos dessa sociedade; além de constituir, por vezes, um espaço transnacionalizado (Inoue, 1995:49).

Embora seja considerado pelos estudiosos como um setor independente dos outros dois setores (público e privado), vale lembrar que as ONG's (em especial as dos países em desenvolvimento), dependem, por vezes, do investimento do setor privado para sua manutenção.

No caso, entendemos que quando os estudiosos se referem a essas organizações como independentes, eles o fazem em função dessas organizações se referirem exclusivamente à sociedade civil⁵ ao contrário dos outros setores que se referem ao mercado e ao governo.

Essas atuações dos cidadãos e de suas organizações caracterizam-se essencialmente pela sua diversidade. No que diz respeito à motivação dos cidadãos em fazerem parte dessas organizações, podemos dizer que elas podem derivar de obrigações de cunho moral, político ou até mesmo religioso. Já no que se refere à diversidade na atuação dos cidadãos, o que podemos observar é que existem uma infinidade de preocupações e temas que variam dependendo do contexto histórico ou das necessidades do momento.

Dentre os vários movimentos desse setor podemos destacar as associações comunitárias (associações de produtores rurais, cooperativas urbanas, grupos de alfabetização de adultos, associação de moradores, etc.); as entidades beneficentes, as quais visam prestar serviços sociais às populações de baixa renda; os movimentos sociais os quais são definidos pela natureza de seus participantes; as fundações, as quais estão relacionadas à filantropia empresarial; os movimentos da Igreja como as pastorais ou secretarias de ação social; as Organizações Não-Governamentais, além de outras organizações voltadas à educação e pesquisa, à representação social, e as associações esportivas, etc (Garrison, 2000:20-24).

Observamos, portanto, que o conjunto de movimentos e organizações do Terceiro Setor é, de fato, variado e abrangente, razão pela qual Ferreira (1999: 64) nos diz que é simplesmente impossível determinar uma data ou fato histórico que explique o surgimento do setor.

⁵ A Sociedade Civil representa uma esfera de discurso público dinâmico e participativo entre o Estado, a esfera pública composta de organizações voluntárias, e a esfera do mercado referente a empresas privadas e sindicatos (Janoski, 2001)

Têm sido conduzido na Universidade Johns Hopkins um estudo, buscando entender o tamanho, as origens e o impacto das organizações do Terceiro Setor. O estudo⁵, conduzido por Lester Salomon e Helmut K. Anheier examinou em sua primeira fase o papel do Terceiro Setor em seis países industrializados e no momento está pesquisando o impacto deste setor nos países em desenvolvimento (Garrison, 2000: 18)

Oliveira (1999:20) nos lembra que algumas das conclusões deste estudo revelam que:

- Nos Estados Unidos, cidadãos doaram em 1991 cerca de 70 bilhões de dólares para organizações do Terceiro Setor. No mesmo ano 94,2 milhões de adultos ou seja 52% do total da população acima de 18 anos do país dedicaram uma média semanal de 4,4 horas de trabalho voluntário para causas sociais e comunitárias o que corresponde a um total anual de 15,2 bilhões de horas;
- Na Alemanha e no Japão 40% dos dias de internação hospitalizar se dão em hospitais sem fins lucrativos;
- No Japão, mais de 75% dos estudantes universitários freqüentam instituições em sem fins lucrativos;
- Nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Hungria, o Terceiro Setor emprega 11,7 milhões de empregos a tempo integral, além de mobilizar recursos da ordem de 601,6 bilhões de dólares ,
- Embora o Terceiro Setor tenha a metade do tamanho do governo em termos de emprego e volume de recursos, nos anos recentes, têm crescido duas vezes mais rápido que o setor público e privado em termos de geração de novos postos de trabalho.

No Brasil, Leilah Landim coordena o estudo, o qual já concluiu que o Terceiro Setor cresceu no país 44% em cinco anos, empregando 1,1 milhões de pessoas em 1995, em comparação às 775.500 empregadas em 1991. Outra conclusão do estudo refere-se às áreas de atuação mais fortes do setor no país.

⁵ Para os resultados do estudo ver: SALOMON, L. and ANHEIER, K.: *The Emerging Sector Revisited* :ASummary Baltimore, MD: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.

No Brasil essas áreas são as de educação e saúde onde respectivamente estão 38% e 20% dos empregados do Terceiro Setor. (Garrison, 2000:18)

Observamos até aqui que a natureza heterogênea das organizações do Terceiro Setor parecem referir-se apenas a organizações de caráter solidário e humanitário, mas Inoue (1995:45) ressalta que o que ocorre é que a literatura costuma enfatizar somente a existência desses movimentos de “valores universais” quando que na verdade também fazem parte de organizações do Terceiro Setor movimentos conservadores que pregam a intolerância como por exemplo os grupos racistas (facistas ou neo-nazistas) e os fundamentalistas-religiosos.

De qualquer maneira, é objeto deste estudo dar especial atenção a uma dessas organizações do Terceiro Setor: as Organizações Não-Governamentais.

3.1 – ORIGENS, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – ONG’S

No que diz respeito às origens das ONG’s, estruturas do Terceiro Setor, vejamos o que nos dizem alguns estudiosos do tema:

Conforme Salomon (1999):

*“...o fenômeno das ONG’s é originado no Século XX, e representa a materialização do que pode ser chamado de revolução das associações...”
(Salomon, 1999: 65)*

Ferreira cita Clark (1999:68), que delimita esse período histórico dizendo que a origem das ONG’s está associada ao momento que sucedeu o fim da Primeira Guerra Mundial. No entanto, o autor ressalta que a consolidação dessas organizações se deu após o fim da Segunda Guerra, uma vez que havia uma demanda para reconstrução de infra-estrutura, bem como de serviços humanitários nesse contexto.

Conforme os estudiosos nos dizem, as ONG’s já existiam desde o período após a primeira grande guerra. Contudo, é muito importante salientar que elas

existiam sem a denominação que conhecemos hoje. Isso porque o termo “ONG” só passou a ganhar reconhecimento público, de fato, quando foi criado pelas Nações Unidas – ONU. Chegamos então ao seu conceito.

No que se refere ao conceito de ONG's, percebemos que os diversos autores e instituições, (como o Banco Mundial e ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) as classificam de maneira diferente, com sentidos, por vezes, mais abrangentes ou restritos.

Em face da inexistência de um único conceito, vejamos o que esses diversos estudiosos e instituições nos sugerem como uma definição para essas organizações.

Começamos com o ponto de vista da ONU que por meio da Resolução 1296 (XLIV) do Conselho Econômico e Social de 23 de Maio de 68 criou a sigla. No entendimento das Nações Unidas, as ONG's – ou Organizações Não-Governamentais são definidas como organizações internacionais que não foram criadas pela via de acordos intergovernamentais e que desenvolvem projetos de interesses de grupos comunitários (Oliveira, 1999:19).

Já segundo Ferreira, (1999:72) Carroll define as ONG's como organizações que estão relacionadas a ações de desenvolvimento o que as torna diferentes das outras instituições do terceiro setor que não possuem tal vocação. Além disso, o autor aponta como outras características: a inexistência de vínculo com o Estado ou mercado, e o caráter não-lucrativo dessas organizações.

Ferreira (1999:73) também cita Clark o qual enxerga as ONG's como organizações que possuem atividade regular; que não fazem parte do setor governamental nem de partidos políticos ou de firmas privadas; e ainda que não sejam subordinadas a outras organizações do gênero, cujo principal objetivo é prestar serviços ou advogar em prol de um grupo específico, ou de uma parcela específica da sociedade que se encontre fora da organização e tampouco deve distribuir aos seus membros lucros oriundos da atuação da organização.

O Banco Mundial – BIRD (1996:26), considera ONG como grupos ou instituições que são inteiramente dependentes do governo e que se caracterizam,

sobretudo por objetivos humanitários e de colaboração e que não tenham fins comerciais.

Ao definir os critérios de filiação, a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) considera que as ONG's são organizações que não tenham relações com o Estado, partidos políticos, igrejas e movimentos sociais; que possuam o compromisso de construção de uma sociedade democrática; que sejam sem fins-lucrativos, e que possuam personalidade jurídica própria.⁶

Concluimos essa revisão bibliográfica com o ponto de vista de Inoue (1995:51-56) que nos apresenta as ONG's de maneira bem abrangente. É interessante a forma como a autora constrói a sua definição de ONG, isso porque ela as distingue quanto aos fins; aos meios; à estrutura; à função e quanto ao grau de transnacionalização.

Após fazer essa diferenciação, a autora constrói um conceito que classifica as ONG's como organizações da sociedade civil, com fins, em geral, públicos; as quais defendem valores universais como democracia, justiça social, paz, ou direitos humanos, por exemplo e que utilizam por vezes de meios comunicativos na sua atuação. Além disso a autora nos diz que essas organizações fazem parte do sub-setor mais transnacionalizado do Terceiro Setor.

Quanto aos meios comunicativos observamos que este é um aspecto extremamente relevante a ser destacado acerca dessas organizações, pois as ONG's, em especial, as de proteção ambiental, encontram na mídia, uma oportunidade para promover a conscientização da opinião pública por meio de denúncias e alertas.

A autora conclui dizendo que embora as ONG's atuem segundo esses valores, isso não significa que não existam outros tipos de ONG's atuando com valores regressivos, pois existem as ONG's que pregam a intolerância religiosa, por exemplo.

Assim como as outras organizações do Terceiro Setor, as ONG's caracterizam-se pela heterogeneidade. Além dos diversos temas: educação,

⁶ Informação extraída de <http://www.abong.org.br> em 15/09/2003

saúde comunitária, proteção dos direitos humanos, proteção do meio-ambiente, combate à AIDS, etc; existem também, diversas áreas de atividades das ONG's. Dentre elas podemos citar: assessoria, assistência técnica, capacitação, análise e pesquisas, difusão de informações, formulação de políticas públicas e ativismo.

Outra característica notável destas organizações é o fato delas (ONG's) combinarem presença e conhecimento sobre as comunidades com a especialização técnica, de maneira a desenvolverem programas de desenvolvimento que são em geral inovadores, participativos e de baixo custo (Garrison, 2000:27-29).

3.2 – A CONSOLIDAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ONG's NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A consolidação da atuação das ONG's se deu de forma lenta e gradual. As ONG's prosperaram e se firmaram como atores relevantes no final da década de 70 e começo da década de 80 do século passado (Garrison, 2000:28). Vários foram os fatores responsáveis por essa consolidação.

Podemos dizer que a consolidação das ONG's está intimamente relacionada ao fenômeno da globalização e suas dimensões, em especial a econômica. Isso porque a globalização em sua dimensão econômica, decorreu, em especial, do desenvolvimento do capitalismo no pós guerra. A partir desse desenvolvimento estabeleceu-se um sistema liberal com premissas do chamado “Estado do Bem Estar Social” ou *welfare state*⁷ como modelo a ser seguido pelos países capitalistas ocidentais.

O fato é que esse modelo do *welfare state* entrou em crise com o passar dos anos. Tal crise tornou-se evidente na década de 80 do século passado a partir dos governos Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra. Nessas administrações, tal modelo se passou a se tornar cada vez mais custoso e ineficiente. Como consequência disso, a participação do Estado no processo de

⁷ A política do bem estar social ou *welfare state* diz respeito às políticas sociais promovidas pelo Estado a fim de assegurar boa qualidade de vida aos indivíduos. Ferreira (1999).

atendimento das demandas sociais diminuiu. E foi nesse contexto que a atuação das organizações do chamado “terceiro setor”, em especial das ONG’s se tornou mais forte (Ferreira, 1999:52-55).

Um outro aspecto responsável pela consolidação da atuação das ONG’s, que vale a pena lembrar, diz respeito à revolução nas tecnologias de informação e no barateamento das comunicações. Essa revolução na maneira de nos comunicarmos com os outros (por meio da *Internet*, por exemplo) permitiu que os cidadãos trocassem idéias acerca de vários assuntos de maneira rápida e barata de modo a facilitar os processos de integração de indivíduos.

Além disso, vale lembrar que a queda do comunismo e a ascensão dos regimes democráticos⁸ tanto na América Latina quanto no Leste Europeu, também deu sua contribuição para a consolidação das ONG’s na medida em que permitiu que as ONG’s se estabelecessem e trabalhassem livremente nessas novas circunstâncias. Uma evidência disso foi o surgimento de mais de 100.000 ONG’s no Leste Europeu no período que vai de 1988-1995.⁹

Por fim, questões atuais como combate à poluição ambiental ou AIDS, e até mesmo a proteção dos direitos humanos tornaram-se questões de extrema importância no contexto atual. Tais temas levaram as ONG’s a se desenvolverem, uma vez que tais questões não são responsabilidade exclusiva dos Estados, mas também da sociedade civil. Vale lembrar que graças à contribuição dessas organizações, muito foi feito nessas áreas.

No âmbito internacional podemos ver o crescimento das ONG’s em número e importância. Uma evidência disso foi a participação ativa dessas organizações nas grandes conferências internacionais da década de 90 do século passado. Inoue (1995:57) destaca a atuação das ONG’s nas várias conferências internacionais desta década: “Cúpula da Terra” (Rio de Janeiro, 1992), Conferência sobre Direitos Humanos (Viena, 1993), Conferência sobre População

⁸ De acordo com Huntington (1994) um regime democrático é aquele que permite uma eleição direta, aberta, competitiva, participatória e honestamente administrativa. Nesse contexto onde não há lugar para o autoritarismo, conseqüentemente a atuação das ONG’s ocorre sem maiores restrições, o que não acontecia num regime autoritário.

⁹ Informação extraída do site: <http://www.globalpolicy.org/ngos/99role.htm> em 20/10/2003

(Cairo, 1994), Conferência Social (Copenhague, 1995) e a Conferência sobre a Mulher (Pequim 1995). Essa crescente participação das ONG's nos grandes fóruns internacionais evidencia a participação ativa dessas organizações na condução do processo de governança global, o qual será estudado no próximo capítulo.

Contudo, esse crescimento e notoriedade adquiridos pelas ONG's trouxeram algumas questões à tona: a legitimidade, a representatividade e a transparência nas ações dessas organizações.

A questão da legitimidade diz respeito ao fato dos representantes de ONG's não serem eleitos por processos democráticos. Portanto uma pergunta parece pertinente: são, de fato, as ONG's representantes da sociedade civil? Não seriam os governantes eleitos democraticamente esses representantes?

No que se refere à representação das ONG's podemos perguntar: quem fala por quem numa ONG? É a representação o único caminho para as ONG's atingirem a legitimidade?

Os principais críticos das ONG's costumam afirmar que em virtude dessas organizações não serem legítimas de fato, pois seus representantes não foram eleitos pelo "povo", (ao contrário dos governantes eleitos democraticamente) elas não têm o direito de participar dos grandes debates de âmbito global. Contudo, como já vimos, nos últimos anos as ONG's tiveram um desempenho notável nas grandes conferências internacionais no âmbito das Nações Unidas e em diversos debates e campanhas contra a destruição do meio-ambiente, o trabalho infantil, minas terrestres, direitos humanos, etc.

Ora, se os governos representam legitimamente o interesse público, pois foram eleitos para tal propósito, mas as ONG's também oferecem a sua contribuição nesse sentido, uma vez que são organizações da sociedade civil, logo, elas também "falam" pelo povo e defendem seus interesses.

Edwards (2003:3) nos diz que nesse sentido as ONG's pertencem ao território da democracia participativa (embora elas tenham o direito de se expressarem, não possuem o direito do voto) enquanto que os governos pertencem à democracia representativa. Porém, é importante salientarmos que a

democracia participativa e a democracia representativa se complementam se considerarmos que embora as eleições são a forma democrática e legítima para escolhermos os nossos “verdadeiros” representantes, sem a pressão das ONG’s os governos não cumpririam o que foi prometido nas eleições. (Marschall,2002:2).

Além do que, embora as ONG’s não possuam o direito do voto, elas têm muito a oferecer com as suas propostas e ações para as questões da sociedade civil e isso sim as torna legítimas representantes dessa sociedade (Marschall, 2002:3).

A respeito da transparência nas ações, Garrison (2000:40) sugere que de fato existe a necessidade das ONG’s buscarem alcançar maior *accountability*⁹ e transparência quanto aos seus programas e recursos. O autor diz que tal transparência pode ser alcançada por meio da elaboração de um código de ética. Outra sugestão do autor a esse respeito seria a publicação de relatórios financeiros anuais. Hoje poucas ONG’s se preocupam em desenvolver esses relatórios.

3.3 – ARTICULAÇÃO EM REDES

Como vimos, o crescimento das ONG’s trouxe algumas conseqüências como os questionamentos acerca da legitimidade, representatividade e transparência dessas organizações. Podemos dizer também, que uma outra conseqüência desse crescimento foi o desenvolvimento dos sistemas de redes os quais visam uma articulação entre essas organizações.

A articulação entre redes de ONG’s é uma forma de promover a interação entre essas organizações e deriva dentre outras coisas da necessidade de definir uma identidade comum, do barateamento e desenvolvimento de novas formas de comunicações neste contexto de globalização em que vivemos, além da busca do aprimoramento de suas ações por meio da troca de experiências (Garrison, 2000:35).

⁹ Refere-se à auditoria nas finanças de uma Organização Não-Governamental.

Além disso, podemos dizer que como muitos dos desafios atuais enfrentados pelas ONG's são de âmbito global (proteção dos direitos humanos ou combate a degradação ambiental, por exemplo), a articulação em redes se apresenta como uma ótima oportunidade para que as ONG's façam alianças e com isso consigam resultados mais eficientes.

Segundo Keck e Sikkink (1998):

“...uma rede é um padrão voluntário e recíproco de intercâmbio e de comunicação...” (Keck e Sikkink, 1998:197)

As redes de ONG's são variadas, e geralmente promovem: a arrecadação de fundos para projetos; o acesso a autoridades; o treinamento e mobilização de voluntários; o estabelecimento de cooperação entre entidades diversas, e principalmente a formação de opinião pública por meio de denúncias, conscientizando os indivíduos para os problemas que elas (ONG's) buscam solucionar. Vale lembrar que esse intercâmbio normalmente ocorre entre organizações que atuam na mesma área (Inoue, 1995:62).

Essa possibilidade de intercâmbio de informações entre as ONG's tem ocorrido, conforme já mencionamos anteriormente, graças, em especial, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e das tecnologias de informação em especial da informática.

Para que essa estrutura de rede seja eficiente, as ONG's têm utilizado cada vez mais de recursos como a *Internet* (Ruth,1992:2) Com o advento da *Internet* a comunicação que antes era cara e lenta (telefone e fax, sobretudo) tornou-se mais eficiente e mais barata. Nesse sentido, a “*Rede*” têm promovido oportunidades excelentes para as ONG's, em especial as de caráter ativista, que por meio de listas de discussão e abaixo-assinados virtuais fazem seus protestos e reivindicações e com isso mobilizam a opinião pública.

Inoue (1995:93) lembra que as redes eletrônicas entre as ONG's articularam ativamente antes, durante e após a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio-Ambiente, a Rio 92.

Segundo Inoue (1995):

“... as ONG’s acessaram, trocaram informações e documentos, discutiram posições, articulações em redes e por meio de redes durante todo o processo da Rio 92.” (Inoue, 1995:93)

Além da Cúpula da Terra um outro momento onde pôde ser vista a articulação entre as ONG’s foi o Fórum Social Mundial. O FSM foi criado por ONG’s internacionais, Igreja, entidades sindicais e empresários para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial que se realizava em Davos, Suíça. Lá, os países ricos se reuniram para discutir os novos rumos da economia capitalista em crise nesse contexto de globalização. No FSM o tema dos debates era o mesmo, contudo esse evento tratou de buscar uma saída alternativa para essa crise capitalista.

Por fim, vale lembrar uma outra ocasião onde a articulação em redes aconteceu com relativo sucesso: a 3ª Reunião Ministerial da OMC de 1999 em Seattle. Nessa ocasião as redes de ONG’s utilizaram a *Internet* e formaram coalizões entre si. Os protestos ocorridos nesse evento começaram com simples trocas de e-mails que em pouco tempo atingiram 1.500 ONG’s. Muito bem articuladas, ONG’s de diferentes setores se mobilizaram acerca de um objetivo comum: rever as regras da economia mundial e questionar o processo de globalização. Mike Dolan, um dos organizadores do evento, reconheceu que sem as redes de ONG’s, as coalizões que foram formadas não teriam feito com que as manifestações fossem tão eloqüentes.¹⁰

O fato é que as manifestações nessa reunião da OMC que posteriormente ficaram conhecidas como “Batalha de Seattle” acabaram se transformando numa grande desordem o que de certa forma colocou em questão o papel das ONG’s no chamado processo de governança. Mas o que é governança? E qual é o papel das ONG’s nesse processo? Apenas questionar o status quo vigente?

¹⁰ Informação extraída do site: <http://www.globalpolicy.org/ngos/99role.htm> em 20/10/2003.

Trataremos dessa questão no próximo capítulo onde analisaremos a governança global bem como a participação das ONG's nesse processo. Por fim, mostraremos como as ONG's têm interagido com as Nações Unidas, um ator relevante na governança global.

4. GOVERNANÇA GLOBAL

Vimos anteriormente que o processo de globalização trouxe consigo uma série de conseqüências. Dentre elas, lembramos o aumento da interdependência entre os diversos sujeitos internacionais, uma maior integração econômica dos mercados, o enriquecimento das elites econômicas e também o aumento das desigualdades na medida em que a globalização promove o processo de destruição criativa, o qual impulsiona as inovações sócio-tecnológicas que por sua vez acarretam num número cada vez maior de indivíduos excluídos do novo modelo produtivo.

Em função de estarmos vivendo nesse mundo globalizado e interdependente, um debate essencial surge nesse contexto: a questão da governança global. Com a economia moderna cada vez mais global, o poder dos mercados e das grandes instituições econômicas internacionais tem promovido, por meio de suas regras, um desequilíbrio persistente na condução nesse processo de governança (French, 2002:203).

Contudo, o que é governança? Destacamos alguns prováveis conceitos para esse termo. Começamos com o estudo da Comissão sobre Governança Global - CGG. De acordo com a Comissão, governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram seus problemas comuns, envolvendo não apenas as relações intergovernamentais, mas também as relações de ONG's, movimentos da sociedade civil, empresas multinacionais e o mercado global de capital. Além disso, é um processo contínuo, pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não apenas a instituições e regimes, como também a acordos informais que atendam aos interesses de pessoas e instituições. (CGG, 1996:2).

Vejamos o que alguns autores nos dizem ser o processo de governança. Sousa (2002:239) cita Vaÿrynen que por sua vez define governança como as ações coletivas para o estabelecimento de instituições e normas internacionais que respondam às causas dos problemas supranacionais, transnacionais ou

nacionais. Já de acordo com Finkelstein – também citado por Sousa, (2002: 241) – a governança é a capacidade de governar com a ausência de uma autoridade soberana.

Por fim trabalhamos com a perspectiva de Rosenau. Em “Governança sem Governo”, Rosenau (2000:15) descreve o processo de governança como um sistema de ordenação, ou de regras, que visa promover atividades apoiadas em objetivos comuns que derivam, ou não, de responsabilidades legais e que não dependem necessariamente do poder de polícia para que sejam aceitas. O autor ainda salienta que, interligado ao conceito de governança está o conceito de ordem. Segundo Rosenau (2000):

“... como atividades intencionais planejadas para regularizar os entendimentos que sustentam os assuntos mundiais, a governança modela a natureza da ordem mundial prevalecente...” (Rosenau, 2000:20)

Ainda neste livro, o autor referido nos lembra que para outros autores, a governança está associada às circunstâncias nas quais o poder é exercido, independentemente da autoridade do governo, enquanto que para outros a governança é uma forma de distribuir valores e consideram que são os governos que operam mecanismos pelos quais essa distribuição é feita.

O fato é que, a princípio, cabia aos governos por meio de seus tratados e de suas constituições exercerem as atividades de governança nacional e internacional. Contudo, nos últimos tempos as funções associadas à governança são executadas na política mundial cada vez mais por meio de atividades que não se originam nos governos.

Num mundo globalizado, onde os temas são cada vez mais transnacionais, como crises monetárias, terrorismo, tráfico de drogas, AIDS, degradação ambiental, entre outros, parte das ações do processo de governança foram transferidas das autoridades governamentais para as organizações transnacionais, ou movimentos sociais, por exemplo.

O que concluímos com isso é que a governança passou a ser um fenômeno mais amplo e abrangente que o *governo*¹¹, pois hoje em dia abrange não apenas as instituições governamentais como também as instituições de caráter não-estatal.

Uma questão levantada por Rosenau (2000:16) em relação ao governo e à governança é que a governança é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria, enquanto que os governos podem funcionar mesmo em face de oposição à sua política, graças ao seu poder de polícia. Nesse sentido a governança está sempre associada a algo eficaz. Não temos governança ineficaz, mas sim anarquia ou o caos.

Já que é um processo mais amplo e abrangente que o governo, também fazem parte do processo de governança além dos Estados, os mercados, as empresas, os movimentos da sociedade civil, em especial as ONG's.

Propomos nesse trabalho, que as ONG's ambientais desempenham um papel significativo na condução do processo de governança global para o desenvolvimento sustentável.

As ONG's ambientais têm participado ativamente dos grandes fóruns e debates internacionais, bem como têm desenvolvido políticas públicas em diversas questões relacionadas à temática ambiental. Além disso, as ONG's ambientais de caráter ativista também contribuem nesse processo na medida em que têm pressionado os Estados a adotarem medidas que assegurem o desenvolvimento sustentável.

O fato de não terem o direito de voto e, portanto terem a sua participação de certa forma limitada nas conferências, não impede a atuação das ONG's que por meio de suas redes vêm mobilizando a opinião pública e formulando acordos alternativos entre si nesses eventos. Uma evidência disso foram os vários acordos assinados entre as ONG's presentes no Fórum Global, evento alternativo realizado simultaneamente a Cúpula da Terra – Rio 92. Voltaremos a essa

¹¹ Segundo Rosenau (2000), o termo *governo* difere-se de *governança* na medida em que se refere a atividades sustentadas por uma autoridade formal e pelo poder de polícia.

questão no final do capítulo quando apresentarmos a interação entre as ONG's e Nações Unidas, um relevante ator no processo de governança global.

É oportuno agora analisarmos o processo de governança no sentido do desenvolvimento sustentável.

4.1 – GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nosso conceito até agora se referiu ao processo de governança de uma maneira geral. É objeto deste trabalho dar um foco especial na governança para o desenvolvimento sustentável, além de analisar o papel das ONG's ambientais nesse processo.

Na esfera ambiental, um conceito comum para o termo governança é o processo que visa a resolução de conflitos da temática ambiental por meio da reformulação dos arranjos institucionais, de modo a facilitar ou limitar o uso de recursos naturais (Patterson, Humphreys, e Pettiford 2003:3).

Outro aspecto importante é que a questão da governança global para o desenvolvimento sustentável está intimamente ligada à globalização econômica. French (2002:203) lembra que quando a OMC realizou um simpósio para analisar as relações entre comércio e políticas ambientais, em março de 1999, o diretor geral da organização, Renato Ruggiero, deu especial atenção não às regras comerciais internacionais, mas sim à necessidade de criação de um organismo internacional de proteção do meio ambiente. A criação desse organismo nos moldes da OMC, com a possibilidade de painéis de disputas ou sanções, pode parecer algo “sonhador”, mas o fato é que com o advento da globalização é necessário que hajam normas ou regras de proteção ambiental para a economia mundial.

Essas regras de proteção ambiental têm uma estória recente. Na verdade, o próprio debate sobre a questão ambiental e sua importância só começou a ganhar notoriedade a partir de acontecimentos como: o agravamento da poluição nos países industrializados, o aumento na ocorrência de catástrofes ecológicas, a publicação do relatório de caráter alarmista “The Limits to Growth”, do *Clube de*

*Roma*¹², e principalmente pela repercussão internacional da primeira Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Estocolmo no ano de 1972.

Após a Conferência de Estocolmo, os acordos internacionais sobre o meio ambiente começaram a se multiplicar. Dentre essas importantes conquistas para o desenvolvimento sustentável destacamos:

- Convenção sobre o Despejo de Resíduos no Mar (1972);
- Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies em Extinção (1973);
- Convenção sobre Poluição por Navios (1973);
- Convenção sobre Poluição Transnacional de Longo Alcance (1979);
- Convenção sobre Espécies Migratórias de Animais Selvagens (1979);
- Convenção sobre o Direito do Mar (1982);
- Acordo internacional sobre Madeira Tropical (1983);
- Convenção de Viena sobre a Camada de Ozônio (1985), incluindo o Protocolo de Montreal (1987);
- Convenção sobre Pronto Notificação de Acidentes Nucleares (1986), e
- Convenção sobre o Movimento Transnacional de Lixo Tóxico (1989).¹³

No entanto, foi por meio da segunda Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92, realizada vinte anos após a primeira, na cidade do Rio de Janeiro, que a questão ambiental ganhou força de fato. Esta Conferência foi realizada com a presença maciça das Organizações Não-Governamentais. Na Rio 92, as ONG's ambientalistas exerceram uma ação contundente e mobilizaram a opinião pública internacional para os temas discutidos naquela ocasião. Graças à importância que a questão

¹² Organização Não Governamental na área de preservação ambiental. Informação extraída do site: <http://www.clubofrome.org/archive/reports.php> em 20/09/2003.

¹³ Fonte. Relatório da Comissão sobre Governança Global 1995.

ambiental ganhou com o sucesso da Rio 92, cresceu significativamente o número de tratados internacionais na área de meio ambiente. O PNUMA¹⁴ calcula que existem no momento mais de 500 tratados na área ambiental.

Porém, alguns problemas surgiram com o volume cada vez maior de tratados ambientais. Pode-se dizer que a governança ambiental global tornou-se vítima do seu próprio sucesso. French (2002:204) ressalta que cada tratado ambiental possui seu próprio “maquinário institucional” com as reuniões anuais dos membros do tratado (as chamadas “conferências das partes”) com também as suas secretarias as quais possuem a função de supervisionar a implementação desses tratados. O que ocorre é que as secretarias e principalmente as várias reuniões dos membros dos tratados, ocorrem em diferentes localidades dificultando o processo. Um exemplo disso foram as diversas conferências das partes que se realizaram ao longo da década de noventa em diferentes países e que culminaram com a assinatura do Protocolo de Kioto¹⁵.

Alguns outros problemas encontrados são: a duplicação de acordos que tratam do mesmo assunto com idéias distintas; a fragmentação dos acordos ambientais internacionais, onde por vezes, as disposições das diferentes convenções ambientais vão em sentidos opostos (como as negociações que culminaram como Protocolo de Montreal¹⁶ sobre a destruição da camada de ozônio); a fraqueza dos países pobres em cumprirem com os acordos em função de possuírem fracas leis ambientais nacionais, e uma burocracia reduzida; a falta de coordenação, pois a maioria dos tratados contém poucos objetivos e cronogramas específicos; e a ausência de mecanismos de cobrança, ou seja, embora os Estados se comprometem ao assinarem os acordos, não há um

¹⁴ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹⁵ Acordo internacional ambiental que visa a redução das emissões dos gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 entre o período 2008-2012. O Protocolo estimula os países a cooperarem entre si através de ações básicas como : promover o uso de fontes energéticas renováveis, limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos.

¹⁶ Acordo internacional ambiental que visa controlar as substâncias responsáveis pela destruição da camada de ozônio.

instrumento que os obrigue a cumpri-los (Patterson, Humphreys e Pettiford 2003:2).

Com a emergência dessas questões, a governança global ambiental apresenta-se num momento de reformulação.

Há dois grupos de acadêmicos com sugestões para uma nova condução desse processo. São eles: os reformistas, que como o próprio nome sugere, defendem uma reformulação do Sistema das Nações Unidas e principalmente a criação de um organismo internacional nos moldes da OMC, e os liberais que não vêem a necessidade da criação desse organismo, mas que procuram outras formas de contornar as desigualdades promovidas pela globalização e que afetam o processo de governança (Patterson, Humphreys e Pettiford 2003:2).

Como vimos que o processo de governança abrange diferentes atores em torno de um objetivo comum, não podemos deixar de considerar o papel das organizações da sociedade civil, em especial das ONG's. Nesse contexto de reformulação da governança, essas organizações apresentam-se com uma contribuição fundamental para a condução desse processo. (Edwards 1999:1).

4.2 – GOVERNANÇA GLOBAL E SOCIEDADE CIVIL

As organizações da sociedade civil têm trabalhado juntamente com os governos e outros atores de forma a atingirem resultados mais expressivos no processo de governança global. Graças ao fato das ONG's serem o sub-setor mais relevante e ativo dentre as organizações da sociedade civil, o papel dessas organizações apresenta-se como de essencial importância.

Kofi Annan, atual Secretário Geral das Nações Unidas uma vez disse que:

“ We have entered a new era of ever-greater partnership, and there are few limits to what civil society can achieve...it is clear that there is a new diplomacy where NGO's, International Organizations and governments can come together to pursue their objectives” (Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, 7 de Maio de 1999)

Edwards (1999:3) destaca a importância das organizações da sociedade civil e diz que inclusive as agências das Nações Unidas e as instituições internacionais financeiras perceberam as conveniências de trabalharem com esses grupos. Organizações Internacionais descobriram que parcerias operacionais, e um diálogo mais amplo contribuem para uma maior eficiência na implementação de projetos, uma taxa mais baixa de erros, uma melhor imagem pública e maior apoio político especialmente entre os principais acionistas governamentais na América do Norte e Europa. O autor ainda ressalta que tal fenômeno é recente. Somente a partir dos anos 80 que grupos da sociedade civil e instituições multilaterais passaram a se organizar de forma conjunta, graças, em especial, a consolidação do papel das ONG's.

Uma dessas instituições multilaterais mais relevantes para o processo de governança é a Organização das Nações Unidas. A ONU atua na condução da governança global por meio de suas agências, órgãos e comitês especiais e a própria estrutura da organização (ONU) evidencia isto.

São preocupações da ONU além da promoção da paz, cooperação e segurança internacional: a defesa da democracia, a promoção da liberdade, dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável, entre outras. O fato é que essa lista de preocupações da ONU também traduz as preocupações das ONG's (Rice e Ritchie, 1995:1).

Ainda no entendimento de Rice and Ritchie (1995):

“...making the world better safer, cleaner, healthier... a world where all have opportunity to live out their lives in justice. Those are the goals of the UN, those are the goals of the non-governmental community.” (Rice and Ritchie, 1995:1)

4.3 – ONG'S E NAÇÕES UNIDAS NA GOVERNANÇA GLOBAL

Escolhermos estudar nesse trabalho a relação das ONG's com as Nações Unidas – ONU de maneira e a evidenciar a participação das ONG's na governança

global. Além disso, veremos em seguida a atuação das ONG's ambientalistas durante uma das Conferências das Nações Unidas, a Cúpula da Terra – Rio 92, bem como sua participação no Fórum Global, evento paralelo realizado simultaneamente entre as ONG's presentes no Rio de Janeiro naquela ocasião.

Porém, antes de estudarmos essa relação ONU-ONG's e a fim de termos um entendimento melhor dela, vejamos o que é a ONU e como ela funciona.

A Organização das Nações Unidas é uma Organização Internacional fundada em 1945 com o propósito de promover a paz mundial, a segurança e a cooperação internacional. A estrutura das Nações Unidas é composta pelos seguintes órgãos principais: Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Corte Internacional de Justiça, Secretariado e o Conselho Econômico e Social. Além disso, a ONU também possui outros órgãos, comitês especiais e agências (Seitenfus, 1997:107-118).

No que diz respeito à interação das ONG's com a ONU, nosso objeto de estudo, podemos dizer que essa relação ocorre no âmbito no Conselho Econômico e Social – ECOSOC. O artigo 71 da Carta das Nações Unidas nos diz que o Conselho Econômico e Social – ECOSOC poderá consultar Organizações Não-Governamentais encarregadas de questões dentro das competências do Conselho. Essa participação das ONG's nas Nações Unidas foi regulamentada por meio da resolução 1296 de 1968 a qual serviu de base para a participação das ONG's na ONU por quase três décadas (Krut, 1997:9).

O fato é que em 1993, os Estados-Membros decidiram que a resolução 1296 deveria ser revista e atualizada tendo em vista que o relacionamento ONU-ONG's se tornava cada vez mais estreito.

Um Grupo de Trabalho foi formado no âmbito do Conselho Econômico e Social durante fevereiro de 1993 e julho de 1996, e novas regras para a parceria ONU-ONG's foram adotadas através da resolução 31 da ECOSOC de 1996. Essa resolução definiu guias que devem ser observados pelas ONG's no que se refere aos discursos escritos, orais, e à participação das ONG's nas Conferências e Sessões das Nações Unidas, além de ter estabelecido três categorias para a

consulta de ONG's nas questões de competência do Conselho Econômico Social – ECOSOC:

- Status de consulta geral para as ONG's cujo trabalho cobre a maioria das questões da agenda do Conselho;
- Status de consulta especial para as ONG's que possuem competência em determinadas áreas de atividade do Conselho;
- Uma terceira categoria para as ONG's cujo trabalho pode contribuir para o trabalho das Nações Unidas de uma maneira geral¹⁷.

O enquadramento das ONG's nessas três categorias, bem como a mudança de uma ONG de uma categoria para outra são atribuições do Comitê de Organizações Não-Governamentais das Nações Unidas. O Comitê é composto por 19 países.¹⁸

Além do Comitê Especial para as ONG's, a ONU também possui um Escritório de ONG's – The United Nations Non-Governmental Liaison Service UN-NGLS também encarregado de promover a integração da ONU com as ONG's. Antes de uma conferência se realizar, após um processo de seleção, o Comitê Preparatório de uma determinada conferência juntamente com esse escritório oferecem às ONG's selecionadas para participar do encontro, orientações referentes à ONU, sua estrutura, suas regras e procedimentos¹⁹.

Como já ressaltamos inicialmente, as ONG's participaram ativamente das diversas conferências da ONU da década de 90. Uma das conferências onde se pôde ver a participação ativa das ONG's foi a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “Cúpula da Terra” ou Rio 92.

4.4 – PAPEL DAS ONG'S NA RIO 92 E NO FÓRUM GLOBAL

¹⁷ Informações extraída de: <http://www.un.org/ga/president/55/speech/civilsociety1.html> em 5/11/2003

¹⁸ Camarões, China, Costa do Marfim, França, Índia, Paquistão, Romênia, Senegal, Turquia, Zimbábue, Chile, Colômbia, Cuba, Alemanha, Iran, Peru, Rússia, Sudão e Estados Unidos. Informação extraída de <http://www.un.org/esa/coordination/ngo/committee.htm> em 5/11/2003

¹⁹ Informação extraída de http://unsystem.org/ngls/documents/publications_em/agenda21/01.htm em 5/11/2003

Antes de falarmos do papel das ONG's na Rio 92, lembremos um pouco o que foi essa Conferência. A Rio 92 foi a 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Nessa Conferência, num contexto de mundo globalizado, se buscou, como nunca antes, novas formas de regular a economia cada vez mais global para que esta se tornasse menos danosa ambientalmente.

Além do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, esta conferência produziu uma série de compromissos dentre os quais destacamos: a Convenção sobre a Mudança do Clima, a Convenção sobre Biodiversidade, a Declaração de Florestas, a Declaração do Rio e a Agenda 21²¹. Esses documentos comprovam o relativo sucesso da conferência.

Pode-se dizer que o papel das ONG's na Cúpula da Terra começou com a articulação entre essas organizações e as Nações Unidas, Organização responsável pelo evento.

O processo de preparação desenvolveu-se ao longo de dois anos, nas quatro sessões do Comitê Preparatório²⁰. Ao longo dessas sessões, milhares de ONG's se inscreveram para a participação na Rio 92. Após uma seleção, aproximadamente 1400 ONG's foram convidadas pela ONU a participarem como observadoras do evento.

As ONG' presentes tiveram sua participação limitada a observadoras e coube aos Estados presentes o compromisso em ratificar os documentos decorrentes da Conferência.

²¹ Plano de Ação fruto da Rio 92. As ONG's receberam um justo reconhecimento na Agenda 21. O capítulo 27 deste importante documento é inteiramente dedicado a essas organizações e diz dentre outras coisas que: "... as organizações não-governamentais possuem uma variedade de experiência, conhecimento especializado e capacidade firmemente estabelecida nos campos que serão de particular importância para a implementação e o exame de um desenvolvimento sustentável. Para assegurar que a contribuição das ONG's se materialize deve-se promover a comunicação e cooperação entre elas, as OI's e os Estados." Agenda 21 (1996)

²⁰ I Sessão (Nairóbi, 6 a 31 de Agosto de 1990), II Sessão (Genebra, 18 de Março a 5 de Abril de 1991), III Sessão (Genebra, 12 de Agosto a 4 de Setembro de 1991) e IV Sessão (Nova Iorque, 3 de Março a 4 de Abril de 1992). Fonte.: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Relatório da Delegação Brasileira (1993)

É evidente que sem a boa vontade dos Estados em ratificar tais documentos, pouco teria sido alcançado nesta ocasião. Afinal os Estados possuem o direito de voto e as ONG's não.

Entretanto, a articulação das ONG's para uma melhor governança também pôde ser vista, pois embora elas não tenham participado com o voto, de qualquer maneira, a sua contribuição foi significativa na medida em que as ONG's ambientalistas presentes promoveram a conscientização da opinião pública por meio de suas denúncias e alertas para as questões ambientais, além de terem trabalhado para influenciar a implementação dos tratados e convenções decorrentes do encontro.

Além de terem feito fazer sentir sua influência nos debates ocorridos no Riocentro²², podemos dizer que na verdade o impacto das ONG's em relação à Rio 92 aconteceu de fato em outro endereço. Isso porque no Parque do Flamengo, foi realizado simultaneamente a Cúpula da Terra, o "Fórum Global", evento alternativo das ONG's presentes à Rio 92 que deu a essas organizações a oportunidade de debaterem entre si seus interesses comuns e agendas.

Nessa ocasião, as ONG's puderam articular e desenvolver tratados alternativos entre si.

Dentre os acordos alternativos destacamos dois deles: Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global o qual prevê para as ONG's signatárias o comprometimento com a transformação do processo educacional de modo a garantir que um novo modelo de educação vise permitir o desenvolvimento de sociedades sustentáveis e responsáveis pelo planeta, e o Tratado para as ONG's no Processo de Decisão Global que prevê, por sua vez, o fortalecimento da cooperação política e democrática, entre as ONG's bem como o compartilhamento de suas capacidades, recursos e experiências de modo a fortalecerem as redes formadas entre si.

²² Local onde o evento (Rio 92) ocorreu Fonte.: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Relatório da Delegação Brasileira (1993)

Tanto a Rio 92 como essa forma alternativa de organização social, o Fórum Global, foram eventos que deram às ONG's ambientalistas ótimas oportunidades de atuarem no processo de governança global. Como podemos observar, a participação dos ONG's foi extrema relevância, mesmo não fazendo parte do processo decisório em si, elas contribuíram significativamente. Além do que, ambos eventos, Rio 92 e Fórum Global, deram uma nova dimensão à atuação da sociedade civil e suas organizações, em especial as ONG's, nessa questão de grande relevância que é a busca por um meio-ambiente mais saudável.

5. CONCLUSÃO

Foi objetivo desse trabalho mostrar a relevância das ONG's no cenário mundial atual. No atual contexto de globalização e crescente interdependência entre os diversos sujeitos internacionais, o papel das ONG's é extremamente importante para a condução do processo de governança global uma vez que essas organizações são atores relevantes para o contexto internacional em que vivemos.

As ONG's têm muito a oferecer e contribuir na questão da governança global por meio de seu ativismo, formulação e implementação de políticas públicas e em especial pela mobilização nas diversas causas de valores universais que elas (ONG's) defendem.

Vale ressaltar inclusive, a articulação em redes dessas organizações. Graças a essa nova forma de interação entre elas, a ação das ONG's se tornou mais eficaz na medida em que as ONG's puderam interagir entre si e trocar experiências visando melhorar sua performance.

É bem verdade também, que não podemos deixar de considerar certas questões polêmicas acerca dessas organizações como as questões da representatividade, legitimidade e transparência na ação das ONG's.

Porém, o que parece realmente importar é que se consideramos que uma ação de caráter pluralista com a participação de vários atores internacionais muito contribui para que a governança global se torne mais eficiente, e com resultados mais expressivos, a ação das ONG's, portanto têm sua relevância e não deve ser ignorada.

6. BIBLIOGRAFIA:

- 1 ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. <http://www.abong.org.br> em 15/09/2003.
- 2 BANCO MUNDIAL. *Colaboración entre el Banco Mundial y las Organizaciones Gubernamentales*. Washington/DC: BIRD, 1996.
- 3 CLARK, J. “*Democratising Development: the role of the voluntary organizations*” In. FERREIRA, H.: *As Organizações Não – Governamentais e produção de conhecimento para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Brasília: Soc/UnB, 1999, p. 68.
- 4 CLARK, J. “*The State and the Voluntary Sector*” In. FERREIRA, H.: *As Organizações Não – Governamentais e a produção de conhecimento para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Brasília: Soc/UnB, 1999, p.73.
- 5 CLUB OF ROME – <http://www.clubofrome.org/archive/reports.php> em 20/09/2003
- 6 COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa Comunidade Global*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- 7 COMMITTEE ON NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS: <http://www.un.org/esa/coordination/ngo/committee.htm> em 5/11/2003.
- 8 CONFERENCIA DAS NACOES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, RIO DE JANEIRO. *Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, 1996.
- 9 CONFERENCIA DAS NACOES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, RIO DE JANEIRO. *Relatório da Delegação Brasileira 1992*. Brasília: IPRI, 1993.
- 10 DOLAN, M. “*Global Economic Transformation and less developed countries*”. In.: SLATER, R.: *Global Economic transformation and the Third World* . Boulder Lynne, 1993, p. 54.
- 11 ECONOMIST, *The Non-Governmental Order: will NGO’s Democratise, or merely Disrupt, Global Governance?* Retirado de: <http://www.globalpolicy.org/ngos/99role.htm> em 20/10/2003
- 12 EDWARDS, M. *Civil Society and Global Governance*. Retirado de <http://www.unu.edu/millennium/edwards.pdf> em 20/10/03.

- 13 EDWARDS, M. *NGO Legitimacy – Voice or Vote?* Retirado de <http://www.globalpolicy.org/ngos/credib/2003/0202rep.htm> em 5/11/03.
- 14 FERREIRA, H. *As Organizações Não – Governamentais e a produção de conhecimento para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Brasília: Soc/UnB, 1999.
- 15 FINKELSTEIN, L. “*What’s Global Governance?*”. In.: SOUSA, B. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 241.
- 16 FRENCH, H. “*Reformulado a Governança Global*” In.: FLAVIN, C. (org.): *Estado do Mundo 2002*. Salvador: UMA, 2002, p. 201-228.
- 17 GARRISON, J. *Do confronto à Colaboração: relação entre a Sociedade civil, o governo e Banco Mundial no Brasil*. Washington/DC: Banco Mundial, 2000.
- 18 GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. da Universidade Paulista, 1991.
- 19 GIDDENS, A. *O mundo na era da globalização*. Tradução de Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- 20 GONÇALVES, H. (org.) *Organizações Não-Governamentais: solução ou problema?*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1996.
- 21 HELD, D; MCGREW, A. *Prós e Contras da Globalização* : Tradução Vera Ribeiro - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- 22 HUNTINGTON, S. *A Terceira Onda*: São Paulo: Editora Ática, 1994.
- 23 INOUE, C.: *Globalização, Organizações não-governamentais, e Redes de comunicação por computador - um estudo explorador*. Brasília: Rel/UnB, 1995.
- 24 JANOSKI, T. “*Citizenships and Civil Society*” In. VIEIRA, L. “*Os Argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*”. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- 25 KECK, M; SIKKINK, K. *Activists beyond borders*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.
- 26 KEOHANE, R; NYE, J. “*Realism and Complex Interdependence*”. In.: _____ *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little Brown Ed., 1977, p. 311.
- 27 KEOHANE, R; NYE, J. “*Power, Interdependence and Globalism*”. In.: _____ *Power and Interdependence*. New York: Longman Edition, 2000, p.3-7.

- 28 KRUT, R. *Globalization and Civil Society NGO Influence in International Decision-Making*. UNRISD Discussion Paper nº 83, April, 1997.
- 29 MARSCHALL, M. *Legitimacy and Effectiveness: Civil Society Organizations Role in Good Governance*. Retirado de: <http://www.globalpolicy.org/ngos/credib/2003/0529legit.htm> em 5/11/03
- 30 MOLINA,Z; TRINCA, D. “*Globalização da Economia; verdadeira panacéia universal ou velha ficção para uma nova era?*” In.: SANTOS, M.: *Fim de século e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 72.
- 31 NON-GOVERNMENTAL LIAISON SERVICE: http://unsystem.org/ngls/documents/publications_em/agenda21/01.htm em 5/11/2003
- 32 OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE MILLENNIUM ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS. *Reference Document on the Participation of Civil Society in United Nations Conferences and Special Sessions of the General Assembly during the 1990s*. Retirado de: <http://www.un.org/ga/president/55/speech/civilsociety1.htm> em 5/11/03.
- 33 OLIVEIRA, M. D. *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONG's*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, 1999.
- 34 PATTERSON, M.; HUMPHREYS, D.; PETTIFORD, L. *Global Environmental Governance: From Interstate Regimes to Counter – Hegemonic Struggles* Retirado de: <http://mitpress.mit.edu/journals> em 20/10/2003.
- 35 RICE, A.; RITCHIE, C. *Relationships between International Non-Governmental Organizations and the United Nations*. Retirado de: <http://www.uia.org/uiadocs/unngos.htm> em 15/11/2003.
- 36 ROSENAU, J; CZEMPIEL, O. (orgs.) *Governança sem governo*. Brasília: Ed. UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- 37 RUTH, S. *NGO'S Network*. Retirado de: http://www.sas.upenn.edu/African_Studies/comp_Articles/NGO_9972.html em 20/ 10/03.
- 38 SALOMON, L. “*The Global Associational Revolution: rise of the Third Sector on the world scene*”. In: FERREIRA, H.: *As Organizações Não – Governamentais e a produção de conhecimento para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Brasília: Soc/UnB, 1999, p.65.
- 39 SEITENFUS, R. *Manual de Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

- 40 SODUPE, K. *El Estado Actual de las Relaciones Internacionales como ciencia social: ¿Crisis o Pluralismo paradigmático?* *Revista de Estudios Políticos*. Madrid, nº 75, Jan-Mar 1992, p. 166.
- 41 SOUSA, B. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- 42 VAÿRYNEN, R. “*Globalization and Global Governance*”. In.: SOUSA, B. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002, p 239.
- 43 VIEIRA, C. “*A Face Oculta da Globalização: o trabalho mundial das ONG’s*” In: OLIVEIRA, M. *Relações Internacionais e Globalização*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998, p. 151-154.
- 44 VIOLA, E. “*A Multidimensionalidade da Globalização, As Novas Forças Sociais Transnacionais e seu impacto na Política Ambiental do Brasil, 1989-1995*” In: FERREIRA, L; VIOLA, E. (orgs.), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 15.
- 45 VIOTTI, P; KAUPPI, M. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism*. New York: MacMillan Ed., 1993.